



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000403-13.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Campo Belo do Sul

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 11/2016-CGJ

Período da correição: 2-5-2016 a 4-7-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Assessora Correicional: Irys Cristiannye Bittencourt Bagio



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189-2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Campo Belo do Sul

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Campo Belo do Sul, Cerro Negro e Capão Bonito

Juiz titular: Ana Cristina de Oliveira Agustini

Chefe de cartório: Karoline Gransotto

Última correição por equipe da CGJ/SC: 26-8-2013 a 25-10-2013, autos nº
0012363-68.2013.8.24.0600

Entrância: inicial

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.455
1.1.2	Processos em andamento	1.333
1.1.3	Procedimentos em andamento	122
1.1.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.
a) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 95 referem-se a processos do Juizado Especial Cível.
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 70 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.006
1.2.2	Processos em andamento	842
1.2.3	Procedimentos em andamento	164
1.2.4	Observações	

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	80	81	161
1.3.1.1	Observação			

a) Informações obtidas em 18-7-2016.

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.494	124
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.257	104
1.4.3	Janeiro a junho de 2016	572	114
1.4.4	Observações		

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	27
1.5.1.1	Cível - Genérico - Processo Ag. Prazo	14
1.5.1.2	Criminal - Genérico - Processo Ag. Prazo	3
1.5.1.3	Execução Fiscal - Processo Ag. Prazo	7
1.5.1.4	Juizado Especial Cível - Processo Ag. Prazo	3



1.	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 18-7-2016.</p> <p>b) Na data de 19-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: não existem processos na fila.</p> <p>b.2) Ag. Análise - Recursos: não existem processos na fila.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 20 processos na fila. O mais antigo data de 19-6-2016.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz. Recebido do Juiz - Despacho: existem 177 processos na fila. O mais antigo data de 1-7-2016. Recebido do Juiz - Decisão: existem 36 processos na fila. O mais antigo data de 6-7-2016. Recebido do Juiz - Sentença: existem 30 processos na fila. O mais antigo data de 6-7-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: existem 4 processos na fila. O mais antigo data de 13-7-2016.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: não há processos com audiências já realizadas.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0800040-83.2013.8.24.0216, 0300086-27.2016.8.24.0216, 0000317-35.2013.8.24.0216, 0300061-14.2016.8.24.0216 e 0300434-79.2015.8.24.0216), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0000758-79.2014.8.24.0216, 0000300-28.2015.8.24.0216, 0000562-75.2015.8.24.0216, [REDACTED] e 0300019-62.2016.8.24.0216), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p>



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	26	6
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		1,66%	0,38%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fl. 11). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl. 163). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	2	3
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		25	15
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		2	0
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		21	13
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		1	2
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		2	3
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 12-17). a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ (fls. 15-17). b) Segunda verificação em 19-7-2016 (fls. 164-169). b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ (fls. 167-169).		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-6-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		56	12
	Peticionamento eletrônico		14	1
	Mandados		0	0
	AR		4	0
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fl. 19).				
b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fl. 170).				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	6	4
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fl. 20).				
b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fl. 171).				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Contadoria	9	0	25	0
1.6.11.2	Distribuição	19	0	6	0
1.6.11.3	Ministério Público	39	3	8	0
1.6.11.4	Oficialato da Infância e Juventude	0	0	1	0
1.6.11.5	Serviço Social	4	0	2	0
1.6.11.6	Observações				
a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fl. 21).					
b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fl. 172).					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	150		133	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz (Ana Cristina de Oliveira Agustini - titular)	68	4	81	0
	Juiz (Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva)	10	0	0	0
	Juiz (Fernanda Pereira Nunes)	4	0	0	0
1.6.12.4	Ministério Público	7	0	1	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.7	Advogado	20	1	34	0
1.6.12.8	Leiloeiro	3	0	0	0
1.6.12.9	Perito	1	0	0	0
1.6.12.10	Delegacia de Polícia	10	0	7	0
1.6.12.11	Procuradorias	27	0	10	0
1.6.12.12	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016 (fl. 22). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl. 173). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	0	0		
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	21	9	17	0
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	9	0	34	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	17	2	14	0
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	48	0	10	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	13	2	13	0
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	4	2	31	1
1.6.13.8	Cartório – arquivar	14	0	0	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	3	0	8	1
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	3	0	0	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	1	0	9	0
1.6.13.17	Cartório – prazo 1 a 31	57	6	69	0
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão	0	0	3	0
1.6.13.19	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	1	0	1	0
1.6.13.20	Cartório – mesa 01 a 10	0	0	1	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho	35	1	31	0
1.6.13.22	Cartório – cumprir despacho urgente	2	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.28	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.29	Cartório – aguardando juntada	0	0	2	0
1.6.13.30	Cartório – aguardando petição	0	0	0	0
1.6.13.31	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.32	Observações				

a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 23-24).
b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fl. 174).
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	0	6
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		1	8
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		13	6
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		11	0
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	37	40
1.7.8	Observações	a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 25-31). b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fls. 175-180).		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	3	3
		Definitivo	8	3	
1.7.9.1	Réu preso - total		11	6	
1.7.9.2	Observações		a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 32-33). b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fls. 181-182).		



1.7.13	Observações
a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 34-36). [REDACTED]	
b) Segunda verificação em 18-7-2016 (fls. 183-185). b.1) Item 1.7.12: ressalta-se que não há registros de armas brancas. [REDACTED]	



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações	<p>a) Primeira verificação em 26-4-2016 (fls. 37-38).</p> <p>a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 140 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 204 estão com a situação “a definir”. Dessa forma, há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA (fl. 39).</p> <p>a.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). a consulta ao SAJ (1-1-2014 a 25-4-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que o processo n. 0000507-95.2013.8.24.0216 é passível de registro no CNCIAI do CNJ (fl. 40).</p> <p>b) Segunda verificação em 19-7-2016 (fls. 186-187).</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 114 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 169 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que o SNBA não está sendo atualizado (fl. 189).</p> <p>b.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça

fls. 224

b.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). a consulta ao SAJ (1-1-2014 a 18-7-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou o processo n. 0000507-95.2013.8.24.0216, que está registrado no CNCIAI do CNJ (fls. 190-197).



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não alimentado	Parcialmente alimentado
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 27-4-2016 (fl. 41) a.1) Existe um programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Associação Abrigo Mãe Josina), que não está atualizado (fl. 42). b) Segunda verificação em 19-7-2016 (fl. 198). c) Existe um programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema (Associação Abrigo Mãe Josina), que foi atualizado até o mês de abril de 2016 (fls. 199-210).			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 20 de julho de 2016.

Perla Maria Fusinato Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Irys Cristiannye Bittencourt Bagio
Assessora Correicional - M35153